



Fragelli

Maciel

Maciel quer a rotatividade do poder. E Fragelli o entendimento.

O texto constitucional não deve ser excessivamente longo, exaustivo, com cara de legislação ordinária. Essa é a tese que o ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, defendeu ontem no encerramento do ciclo de conferências "Rondon debate", que se realiza no Ministério do Interior desde o início de agosto. Para Marco Maciel, que falou sobre a próxima Constituição, "nós devemos nos limitar a escrever aquilo que é organicamente constitucional para que o texto não envelheça e entre em atrito com fatos do cotidiano".

Além de defender a necessidade de uma Constituição sucinta, o ministro da Casa Civil considera que é importante dotar o Estado de partidos fortes, pluralistas e que promovam a rotatividade do poder. Essa é a condição, segundo ele, do País ter uma democracia estável, diferente do quadro pulverizado que existe hoje onde prevalecem os nomes acima dos partidos. "A situação é tão atomizada — ressaltou —, que para acabar de acabar com os partidos só faltaram os candidatos avulsos", disse, citando a generosidade do quadro atual que tem 30 partidos legalmente constituídos.

O presidente do Senado, José Fragelli, disse ontem que o Poder Legislativo "está na obrigação de dar à Nação uma resposta às indagações feitas pelo jornalista Carlos Chagas em artigo intitulado "Congresso precisa desarmar a bomba", publicado ontem no Estado de S. Paulo, em que são mostradas as dificuldades do funcionamento simultâneo da Assembléia Nacional Constituinte, Câmara e Senado, em 1987.

Fragelli assegurou que ele e o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, compartilham das preocupações manifestadas pelo jornalista e como têm responsabilidade solidária e institucional dispõem-se a "desarmar a bomba".

O presidente do Senado sugeriu, desde logo, algumas medidas: que Senado e Câmara se reunissem duas vezes por semana, preferencialmente às quartas e quintas-feiras, ficando os demais dias da semana, à exceção do domingo, destinados ao funcionamento da Constituinte, que fosse dada ao presidente Sarney uma delegação legislativa no sentido de que ele pudesse legislar mediante decretos-leis durante todo o prazo da elaboração constitucional que ele admite possa ser longa.

Entende o presidente do Senado que as medidas não se excluem. Ao contrário, funcionando dois dias por semana as duas casas legislativas teriam condições de apreciar os vetos e os próprios decretos-leis do poder executivo. Fragelli reconhece, no entanto, que existe o risco de "susceptibilidades parlamentares" se oporem a estas alternativas, a exemplo do que já aconteceu com relação aos senadores relativamente à proposta de Ulysses Guimarães de criação de comissão representativa composta de 72 parlamentares, sendo 48 deputados e 24 senadores.

O senador José Fragelli observou que todas as medidas de alçada deste Congresso em final de legislatura terão condições de ser tomadas depois das eleições de 15 de novembro, quando o comparecimento de deputados e senadores a Brasília deverá ser muito elevado, com os trabalhos se estendendo até o dia 5 de dezembro.

Ele admitiu que dependendo das circunstâncias até mesmo situações atípicas poderiam vir a se configurar, tais como a locação de um grande auditório, em Brasília, para o funcionamento da Constituinte e da estrutura legislativa que lhe dará apoio. Quanto ao dispositivo que prevê seu funcionamento no edifício do Congresso Nacional, lembrou que ele poderia ser mudado logo após sua instalação.

Já o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, informou ontem que após as eleições vai insistir com os senadores, na busca de apoio para formalizar sua proposta de emenda constitucional, que prevê a criação da comissão representativa para atuar durante o período de reunião da Constituinte. Mesmo informado de que há reações entre a maioria dos senadores, inclusive pela "falsa impressão" de que sua sugestão implantaria o unicameralismo, extinguindo o Senado, Ulysses pretende restabelecer entendimentos sobre o problema.

JT
25/9/86